

Novo modelo deve priorizar inovação e meio ambiente

Em entrevista ao *JE*, o economista e professor Carlos Eduardo Frickmann Young, do Instituto de Economia da UFRJ, aborda o Programa de Aceleração do Crescimento sob a ótica ambiental e aponta que falta ao PAC uma concepção própria sobre o desenvolvimento, que resulte e produza uma transformação do processo produtivo no país. Para ele, um novo modelo de desenvolvimento deve ser sustentável, ambientalmente, e priorizar a absorção e a inovação tecnológica. Daí, a sua constatação de que o Programa “não tem uma preocupação em tentar mostrar como impedir a expansão de atividades predatórias, e que são predatórias tanto no sentido ambiental quanto social”. Um exemplo? A expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia. **Página 8**



O PAC é um programa que atende aos Credores

O economista Rodrigo Vieira de Ávila destrincha o PAC, lançado pelo Governo Lula como a pedra de toque do segundo mandato. **Página 3**

Mulheres fora da Agenda do Pan

Mais da metade das metas da Agenda Social foi “esquecida” pela prefeitura do Rio. Entre elas, as políticas voltadas para o atendimento às mulheres. **Página 15**

Lançado Prêmio de Monografia 2007

Encerram-se no próximo dia 31 de maio as inscrições para a 17ª edição do Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, promovido pelo Corecon-RJ. **Página 16**

editorial

Desenvolvimento e meio ambiente

■ O lançamento do PAC, como mote para o segundo mandato de Lula, trouxe a rediscussão do papel do Estado como indutor do crescimento e a retomada de um velho debate, sobre se há ou não contradição entre desenvolver e preservar o meio ambiente. Política ambiental trava o crescimento?

O economista Carlos Eduardo Frickmann Young, da UFRJ, vem há anos estudando economia agrária e dos recursos naturais e tem uma opinião diferente a respeito da polêmica crescimento econômico versus política ambiental. Para ele, a execução de uma política ambiental explícita custos já existentes, como a degradação do meio ambiente, mas que não eram levados em consideração, não eram visíveis.

Como ele próprio afirma em entrevista ao **JE**: “simplesmente se faz com que o custo que era socializado passe a ser internalizado. Em outras palavras: se privatiza o custo que era antes socializado”. Quem degrada o meio ambiente tem que pagar por isso, e quem o preserva deve ser remunerado. Política ambiental, define ele, “é garantir a melhor qualidade de vida possível em determinado ambiente, seja rural, seja urbano”.

O PAC se mantém na pauta do jornal e do país e, nesta edição, uma outra abordagem sobre o programa é feita pelo também economista Rodrigo Ávila, da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida. Fazendo jogo de palavras com a sigla do programa, ele destaca que o país não encontrará os caminhos para o desenvolvimento se não mudar o modelo, que mantém e privilegia o mercado financeiro.

Mesmo que a revisão da metodologia do cálculo do PIB tenha resultado em desempenho percentual melhor da economia, um simples andar pelas ruas ou a leitura dos jornais diários mostram que a pobreza permanece imensa e intensa. Nas grandes cidades a população de rua aumenta e as favelas se multiplicam, até mesmo porque expandi-las interessa ao movimento armado do tráfico de drogas. O PIB cresceu mais, mas a miséria, o desemprego e a violência permanecem em índices extremamente elevados. E que estão às vísceras nas ruas e nos jornais.

SUMÁRIO

3

PAC em debate. Um Programa de Atendimento aos Credores

Rodrigo Vieira de Ávila

6

América do Sul. As novas formas de integração

Álvaro Lalanne



8

Entrevista Um novo modelo deve priorizar a inovação

Carlos Eduardo Frickmann Young

13

Resenha: Alternativas ao neoliberalismo

João Paulo de Almeida Magalhães

15

Fórum Popular de Orçamento Mulheres fora da agenda

16

Prêmio de Monografia: prazo de inscrição vai até 31 de maio

Lançado curso sobre Estudos Marxistas

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cásio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique

Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Um Programa de Atendimento aos Credores

Em 22 de janeiro de 2007, o Governo Federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento, que consiste na suposta realização de investimentos de R\$ 503 bilhões até 2010, divididos em três grandes áreas: “Logística” (transportes), “Energia” e “Infra-Estrutura Social e Urbana” (habitação e saneamento). Com este Programa, o governo busca obter taxas de crescimento econômico maiores que as pífiás ocorridas nos últimos anos.

■ Rodrigo Vieira de Ávila*

À primeira vista, a quantia parece algo monstruoso (valor equivalente a quase 70% de todos os gastos do governo federal em 2006¹), e sugere que o governo estaria realmente empenhado em melhorar a infraestrutura do país e as condições de vida da população brasileira. Mas o PAC não significa isso. Na realidade, ele aprofunda a política de superávits primários e de priorização aos gastos com a dívida pública, adotando medidas que implementam a proposta feita por Delfim Netto, de “Déficit Nominal Zero”. Esta proposta consiste em aumentar o superávit primário de forma a viabilizar o pagamento de todos os juros da dívida. Visto que hoje o superávit equivale a menos da metade dos juros, a proposta de Delfim prega a realização de um ajuste fiscal de longo prazo, que busque cortar os gastos sociais (principalmente da Previdência, salário mínimo e dos servidores públicos) por um período de 10 anos, de forma a viabilizar o total pagamento dos encargos da dívida. Não por acaso, um dos itens do Programa denomina-se “Medidas Fiscais de Longo Prazo”.

Em 2006, o país sofreu uma sangria nunca antes vista na história. Os gastos federais com juros e amortizações das dívidas interna e externa² atingiram R\$ 275 bilhões, 37% do Orçamento do ano. Parece impossível acreditar que esta fortuna, que beneficia uma elite de rentistas, foi muito maior do que todos os gastos da Previdência Social (R\$ 193 bi), em 2006, que atenderam a 24,2 milhões de beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, além de mais de um milhão de servidores públicos federais inativos e pensionistas.

Entrave ao crescimento

Os R\$ 275 bilhões gastos com a dívida, em um ano, equivalem a mais da metade do valor anunciado para o PAC para os próximos quatro anos. Enquanto limita gastos sociais, o PAC, assim como todas as medidas econômicas deste governo e dos anteriores, não traz limite algum aos gastos com a dívida pública. Como veremos a seguir, ele implementa, por lei, limitações nunca antes feitas aos gastos sociais, razão pela qual representa, na realidade, um verdadeiro “Programa de Atendimento aos Credores”.



Uma das medidas do PAC é o Projeto de Lei Complementar (já editado)

que limita os gastos com servidores. Ele altera a “Lei de Responsabilidade Fiscal” e diz que o gasto com funcionalismo somente poderá crescer pela inflação mais 1,5% de aumento real, pelos próximos 10 anos (dentro da idéia do Déficit Nominal Zero). Esta medida elimina a possibilidade da recuperação, pelos servidores, das perdas passadas, uma vez que o próprio crescimento do número de servidores (pela realização de concursos públicos) ou a progressão na carreira dos servidores em atividade já consome a maior parte deste 1,5% de aumento real anual.

Importante lembrar que, em 1995, os gastos com pessoal equivalem a 56,2% da Receita Corrente Líquida³ do Governo Federal e, em 2005, a apenas 30,9% (segundo o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, de março/2006). E os neoliberais de plantão continuam apregoando que o gasto com pessoal é o grande problema das contas públicas. Mas o pior é que o governo adota esta idéia, e ainda propõe limitar de forma inédita (por Lei Comple-

mentar) os aumentos dos servidores pelos próximos 10 anos.

Um detalhe importante dessa medida é que este limite – de aumento real de 1,5% ao ano – é para a folha de pagamento como um todo, ou seja: algumas categorias de servidores podem receber aumentos diferenciados. Ou seja: incentivava uma guerra entre os próprios servidores, que terão de disputar entre si os recursos para seus respectivos reajustes.

Um pequeno atenuante desta medida é o fato de excluir do limite o impacto financeiro das alterações resultantes das negociações com os servidores, efetivadas até 31/12/2006.

O PAC transforma em Lei o recente acordo com centrais sindicais, segundo o qual o índice anual de reajuste nos próximos quatro anos será baseado na inflação mais a variação real do PIB de dois anos atrás. Ou seja: dadas as últimas projeções para o crescimento econômico brasileiro nos próximos anos, o mínimo apenas crescerá cerca de 3% ao ano, em termos reais. Sempre é bom lembrar que o

“salário mínimo necessário” (calculado pelo Dieese) era de R\$ 1.510, em outubro de 2006.

Fórum da Previdência

Essa limitação ao mínimo também segue a lógica do “Déficit Nominal Zero”, uma vez que visa impedir o aumento, como proporção do PIB, dos gastos com a Previdência. Na visão neoliberal, a Previdência seria a grande vilã das contas públicas, pois apresentaria imenso “déficit”, que teria de ser combatido com a redução dos benefícios previdenciários. Porém, sabemos que este “déficit” é fabricado através da mera comparação entre benefícios previdenciários e contribuições sobre a folha de salários. Esta falsa comparação omite escandalosamente que a Constituição de 1988 definiu que as fontes de financiamento da Seguridade Social (que inclui as áreas de saúde, assistência e previdência) não seriam apenas as contribuições sobre a folha, mas também a Cofins, CPMF e a CSLL. Quando computamos estas outras fontes de receita, verificamos que a Seguridade Social é altamente superavitária.

A Reforma da Previdência também é um dos pontos centrais da proposta de Déficit Nominal Zero, de Delfim Netto, e adotada por Lula. Por decreto presidencial de 22/01/2007, o PAC criou Fórum para a elaboração de uma proposta de Reforma da Previdência, tanto para o setor privado (INSS) como para os servidores públicos⁴. Para não ter de assumir o ônus político de propor a Reforma, Lula cria um Fórum que contará com a participação das centrais sindicais, governo e empresários. Em notícia do jornal *Estado de São Paulo*, de 23/01/2007, o Secretário de Políticas de Previdência Social, Helmut Schwarzer, diz abertamente que um dos objetivos do governo com o Fórum da Previdência é estabelecer a idade mínima para a aposentadoria no INSS. A notícia mostra também que o governo

ainda vai “subsidiar” o Fórum, com estudos encomendados. Ora, já vimos este filme. É claro que estes estudos tendenciosos irão justificar uma nova reforma. É claro também que tudo isso não passa de encenação para que o governo tente fazer a reforma sem “sujar as mãos”.

Em notícia publicada no *Investnews* (24/01/2007), representante do setor financeiro afirma que “O Fórum permitirá a reunião de amplos setores da sociedade para discutir medidas polêmicas, que o governo não consegue adotar unilateralmente. Entre elas, por exemplo, o aumento da idade mínima para aposentadoria e o fim da aposentadoria especial para as mulheres (...) Com o Fórum poderão ser encontradas soluções consensuais, fazendo com que o Congresso acolha as medidas”.

Resta saber qual será o papel das Centrais Sindicais neste Fórum. Irão novamente contra o interesse dos trabalhadores, assim como o foram na Reforma da Previdência de 2003?⁵ Irão legitimar uma nova reforma, para livrar a cara do governo? Irão se utilizar de um Fórum para tentar criar um falso consenso, como no recente episódio da Reforma Sindical?

Crescer para quem?

A única fonte adicional relevante de recursos do Orçamento Geral da União para o PAC é o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), que fornecerá R\$ 52,5 bilhões, nos próximos quatro anos, que não são contabilizados no cálculo do superávit primário. O PPI subirá dos atuais 0,2% do PIB para 0,5% do PIB, no período, o que reduziria o superávit primário de 4,25% para 3,75% do PIB. O governo e setores da mídia apregoam que, desta forma, o governo Lula estaria priorizando os gastos sociais ao invés de gastar com a dívida. Errado.

Em primeiro lugar, esta suposta redução no superávit equivale a “retirar o bode da sala”, ou seja, reduzir

Orçamento Geral da União – 2006 Executado até 31/12/2006

Juros e Amortizações da Dívida	36,70%
Previdência Social	25,73%
Outros Encargos Especiais (principalmente transferências a estados e municípios)	15,38%
Saúde	4,82%
Assistência Social	2,70%
Educação	2,27%
Trabalho	2,17%
Defesa Nacional	2,09%
Judiciária	1,81%
Administração	1,31%
Agricultura	1,12%
Legislativa	0,59%
Transporte	0,47%
Segurança Pública	0,44%
Essencial à Justiça	0,39%
Organização Agrária	0,39%
Ciência e Tecnologia	0,38%
Indústria	0,27%
Comércio e Serviços	0,25%
Relações Exteriores	0,18%
Gestão Ambiental	0,16%
Direitos da Cidadania	0,10%
Urbanismo	0,08%
Comunicações	0,06%
Cultura	0,05%
Energia	0,05%
Desporto e Lazer	0,04%
Habitação	0,01%
Saneamento	0,00%

Fonte: Orçamento Geral da União (Sistema Access da Câmara dos Deputados)
Nota: Não inclui o Refinanciamento da Dívida

o superávit para os níveis ocorridos durante o governo FHC. Em segundo lugar, por imposição do FMI, o PPI somente pode abranger empreendimentos que tenham retorno financeiro, principalmente por meio da cobrança de pedágios e tarifas. A maior parte destes investimentos se dá no setor de transportes, com a recuperação ou construção de rodovias. Após o Estado fazer os maiores dispêndios, estes empreendimentos podem ser repassados à iniciativa privada, que cobrará tarifas ou pedágio. É bom lembrar que o governo já anunciou que vai conceder à iniciativa privada sete trechos de rodovias, onde serão instalados pedágios.

Ou seja, o PPI é, na verdade, mais uma forma de financiar privatizações, e esta suposta “redução” no superávit é falsa, pois o povo pagará

por isso na forma de pedágios e tarifas. Ao mesmo tempo em que destina a maior parte do orçamento para o pagamento da dívida e contingência os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, criada exatamente para custear as melhorias na rede viária, o governo obriga as pessoas a pagarem mais uma vez para poder trafegar em estradas com boas condições.

Em sua obsessão em atingir um crescimento econômico de 5% ao ano, o governo esquece de uma questão fundamental: quais seriam os setores que deveriam ser beneficiados? O PAC não questiona o modelo econômico brasileiro, que serve principalmente ao pagamento da dívida. Para tanto, este modelo privilegia os setores exportadores (que garantem as divisas

necessárias para o pagamento aos credores externos) e o setor financeiro. É bastante ilustrativo o fato de que, logo após a divulgação do PAC – que teria por objetivo o aumento dos investimentos – o Banco Central reduziu o ritmo de queda das taxas de juros brasileiras, que são as maiores do mundo.

Na área de energia elétrica, por exemplo, o PAC prevê facilidades para os financiamentos concedidos pelo BNDES. A idéia seria afastar a hipótese de um novo apagão. Porém, temos de entender a lógica do sistema elétrico brasileiro, que hoje privilegia o atendimento das indústrias eletro-intensivas (como as de alumínio, papel, celulose etc.), que consomem cerca de 32% da energia utilizada no Brasil⁶. São indústrias que produzem preponderantemente para a exportação, causam danos ambientais e geram poucos empregos, e ainda se beneficiam de tarifas baixíssimas de energia, muito menores que as pagas pelos consumidores residenciais. Ao invés de reverter este modelo que está depredando o meio ambiente e privilegiando pouquíssimos, o PAC faz o contrário: altera a legislação ambiental, de forma a agilizar os processos de licenciamento de empreendimentos energéticos.

Outra característica do PAC que ilustra a manutenção do modelo econômico é a ausência total do tema da Reforma Agrária que, este sim, teria papel fundamental no desenvolvimento do país. Pesquisas comprovam⁷ que os assentamentos de Reforma Agrária promovem uma dinamização da economia local e a distribuição de renda, diferentemente do chama-

do “agronegócio”, que não gera emprego e produz para a exportação. Ilustra bem esse aspecto a inclusão, no PAC, do Projeto de Transposição do São Francisco, que afetará seriamente o meio ambiente, para beneficiar o agronegócio.

No setor de transportes, a prioridade também é a facilitação do escoamento da produção nacional para o resto do mundo, através de ferrovias, hidrovias, rodovias e melhoria de portos. Alguns destes projetos são altamente danosos ao meio ambiente, como a hidrovia Paraná-Paraguai e o complexo do Rio Madeira, formado pelas hidrelétricas do Jirau e Santo Antônio, que visa também a criação de um grande sistema de hidrovias. Estes projetos visam escoar uma produção principalmente de minérios e *commodities* agrícolas, que beneficiam poucas empresas (muitas delas transnacionais), e não o povo brasileiro, que apenas fica com os danos ambientais causados por tais empreendimentos.

Outra prova de que o PAC não muda a lógica econômica é a ausência de uma reforma tributária realmente distributiva. As medidas tributárias do PAC se limitam a pequenas isenções fiscais a determinados setores, muitos deles altamente oligopolizados (como os do aço) que irão simplesmente embolsar tais isenções, não as repassando para o consumidor final.

Mudar o modelo

Para o Brasil realmente se desenvolver é necessário alterar o modelo econômico, baseado no atendimento aos credores financeiros e expor-

tadores. Para isso, deve alterar a política relativa ao endividamento. Não é possível que um país continue gastando 37% de seu orçamento anual para remunerar os rentistas. Os gastos com a dívida impedem os verdadeiros investimentos nas áreas que o país precisa, como educação, saúde e reforma agrária que, não por acaso, estão de fora do PAC.

A política de priorização aos rentistas impede os verdadeiros investimentos públicos, enquanto o nível altíssimo de endividamento brasileiro deixa o governo na mão do mercado financeiro, que assim continua cobrando elevados juros para rolar a dívida. O BC continua alheio aos anseios do país, mantendo e aprofundando a política dos juros mais altos do mundo, o que impede também o investimento privado.

Sem enfrentar o endividamento, não há mágica que faça o país se desenvolver. E para enfrentar o endividamento, o estoque atual da dívida deve ser questionado. Do contrário, continuaremos a pagar juros para sempre, pois, mesmo que a taxa Selic fosse drasticamente reduzida, o enorme estoque de endividamento nos obrigaria a gerar superávits primários monstruosos para pagarmos apenas os juros desta dívida.

E para questionarmos de forma soberana o estoque desta dívida obscura e repleta de irregularidades, nada melhor do que uma ampla e profunda auditoria com a participação da sociedade civil. Temos de identificar, por exemplo, as responsabilidades da ditadura militar sobre a dívida externa, uma vez que seu estoque atual decorre da elevação unilateral e ilegal das taxas de

juros pelos EUA, no final dos 70. Temos de identificar as irregularidades na sua contratação, já denunciadas em relatórios do Congresso Nacional, e como esse endividamento externo implicou no enorme endividamento interno, provocado pelas altíssimas taxas de juros brasileiras, uma vez que estas foram estabelecidas para se atrair o capital estrangeiro, garantindo-se assim as divisas necessárias ao pagamento dos credores externos.

Identificar também porque as dívidas dos estados foram completamente assumidas pelo Governo Federal, no final dos anos 90 (quando já se encontravam infladas pelas astronômicas taxas de juros do governo federal), sem nenhum questionamento da origem obscura e, muitas vezes, ilegal dessas dívidas. Temos ainda de questionar a legalidade das taxas de juros da dívida interna, uma vez que caracterizam crime de usura, e os pagamentos antecipados da dívida externa, uma vez que foram feitos por meio da geração de mais dívida interna, mais cara e com prazos mais curtos.

É necessária uma auditoria sobre a dívida para que possamos recuperar o dinheiro que foi saqueado dos cofres públicos por todas estas décadas, punindo os responsáveis por tais crimes e, principalmente, mudando o modelo de desenvolvimento por outro que não implique na depredação ambiental, na concentração da renda e no privilégio a um pequeno grupo de rentistas.

* Economista da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, inserida na Rede Jubileu Sul Brasil.

1 Exclusive o gasto com o Refinanciamento da Dívida (ou seja, a troca de títulos velhos por novos).

2 Idem nota acima. Fonte: Orçamento Geral da União (Sistema Access da Câmara dos Deputados, 31/12/2006)

3 A Receita Corrente Líquida do Governo Federal equivale às receitas menos as transferências a estados e municípios, a contribuição para o PIS/PASEP e os benefícios previdenciários do INSS.

4 Em seu Artigo 1º, inciso I, o Decreto diz que o objetivo do Fórum é “promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Governo Federal com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de Previdência Social e sua coordenação com as políticas de assistência social”. Ou seja, o Fórum abrangerá tanto o Regime Geral de Previdência Social (INSS) como também o Regime Próprio de Previdência dos Servidores.

5 O presidente da CUT, Luiz Marinho, chegou a ser contrário à greve dos servidores públicos pela retirada da proposta de Reforma da Previdência em 2003. Ver notícia da Folha de São Paulo, de 12/06/2003, “Protesto opõe direção da CUT e servidores”.

6 Dado fornecido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens. Ver http://agenciaportal.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=1143&alterarHomeAtual=1

7 Ver pesquisa do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural “Impactos dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro”, de 2004.

A Comunidade Sul Americana de Nações (Casa) e a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba) são as novas siglas que expressam diferentes in-

tentos para liderar e dar forma a uma alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A Casa nasce sob os auspícios do Brasil e a Alba é claramente um projeto liderado pela Venezuela. Estes dois projetos não são incompatíveis, mas rivalizam implicitamente no jogo da diplomacia regional. Auspiciada pela Casa, mas independente dela, a Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) é um gigantesco programa de investimento, que pretende melhorar a infra-estrutura física e as comunicações no subcontinente.

■ Alvaro Lalanne¹

A Casa é um projeto de integração que contempla os 12 países de América do Sul. Os nove de idioma espanhol e o Brasil integram a Aladi, e neste marco assinaram vários acordos bilaterais ou regionais. Guiana e Suriname têm profundos laços com suas ex-metrópoles, Inglaterra e Holanda, respectivamente, e integram o Mercado Comum e Comunidade do Caribe – Caricom - cuja sede se encontra na capital de Guiana.

A Casa tem como plano avançar rumo ao livre comércio entre seus membros, aproveitando a base dos acordos existentes e eventualmente acelerando seus cronogramas de liberação. Chile e Bolívia estão em processo de finalização de liberalização comercial com os países do Mercosul e o resto da Comunidade Andina de Nações (CAN). Em nível interno ao Mercosul subsistem setores sem liberalizar. No entanto, onde há mais tarifas é entre os países andinos (exceto Bolívia) e o Mercosul. Neste caso, a redução tem como horizonte 2019, ainda que subsistam diferenças entre os países em relação a alguns produtos. Também há pouco avanço no que concerne à integração dos “la-

América do Sul

As novas formas de integração

tinios” com a Guiana e o Suriname.

Do ponto de vista da política comercial com terceiros, observa-se que o Mercosul tem maior vocação de União Aduaneira, enquanto a CAN outorga maior liberdade a seus integrantes para as negociações com outros países. No âmbito sul-americano, isto se reflete em que os países que conformam o Mercosul têm acordos conjuntos com cada país da região, ao passo que os países da CAN têm acordos de modo separado.

A Casa dificilmente poderá harmonizar as políticas comerciais dos países membros. Por um lado, o Chile é o país que tem maior abertura comercial, seja com tarifas mais baixas (6% em quase todos seus produtos) ou com Tratados de Livre Comércio (TLC) ou acordos similares com praticamente todos os atores comerciais relevantes. O Peru assinou um TLC com os Estados Unidos e negocia um outro com a União Européia, enquanto a Colômbia está em vias de aprovação de um. No contexto do Mercosul, os paí-

ses têm diferentes políticas tarifárias em relação a Bens de Capital, de Informática, de Telecomunicações e Automotivo, sendo que as tentativas de harmonizar estas políticas não têm obtido êxito. Além disso, os países não têm uma política comum em relação ao México.

Se o futuro comercial da Casa é uma Zona de Livre Comércio (ZLC), as perspectivas econômicas são muito diferentes de uma Casa com maior grau de har-

monização e compromisso. Uma ZLC tem requisitos de origem que dificultam a integração das cadeias produtivas regionais (e não exclusivamente nacionais) e amplia mais as possibilidades dos países maiores e com as economias mais integradas. O Brasil é o exemplo mais claro disto. O país é o que mais ganha com uma ZLC, pois pode competir (em algum grau) com a produção manufatureira dos países desenvolvidos. Dificilmente outros países



poderiam realizar a transição de abastecer o mercado interno rumo ao abastecimento regional como faz o Brasil.

O que é a Comunidade Sul Americana

A Comunidade Sul Americana de Nações tem objetivos políticos explícitos que seguramente são mais importantes do que as motivações econômicas. Busca constituir-se com uma voz própria, um ator de peso nos fóruns internacionais globais que costumam funcionar como coalizões de países (Organização Mundial de Comércio, Organização das Nações Unidas). Por sua vez, busca constituir-se em um espaço de amortecimento e discussão de problemas binacionais históricos do continente. Além disso, pretende fortalecer os processos democráticos e apoiar Estados com grandes problemas de legitimidade democrática. Finalmente, busca criar um espaço de contrapoder político em relação aos EUA na região. São evidentes as diferenças políticas entre a América do Norte e Central com a América do Sul, como pode ser observado no manifesto na última eleição do Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos.

Este espaço de cooperação e ordenação não cria nenhuma instituição nova explicitamente, mas se baseia na frágil institucionalidade existente. A renúncia a compartilhar espaços de poder sob uma forma supranacional é um importante limitante quando se busca avançar nos espaços de integração.

O que é a Iniciativa de Integração

Nas reuniões da Casa é comum haver também reuniões da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, a IIRSA, ainda que estas funcionem

de forma independente. A Integração é promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e por agências regionais como o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata e a Corporação Andina de Fomento. Baseada no diagnóstico de que um obstáculo à integração Sul-Americana com o mundo é sua escassa infraestrutura física, a IIRSA projeta um gigantesco programa de investimento em todo o continente, que na primeira etapa (2005-2010) tem um custo de US\$ 6,4 bilhões, que serão repartidos em 31 projetos, que em sua maioria correspondem à construção de estradas.

A IIRSA está articulada em 10 eixos de integração. Todos eles implicam dois ou mais países participantes. O país que terá maior impacto da IIRSA é o Peru, onde serão construídas estradas e passagens de fronteira buscando a vinculação da costa, da serra e da selva. Tal iniciativa não prevê projetos importantes para o Chile, o Paraguai e o Uruguai.

A maioria dos projetos tem como executor o setor privado, ainda que em alguns casos obras públicas estejam previstas. Há outros casos nos quais o financiamento é exclusivamente privado e em outros nos quais haverá reembolsos por parte do Estado aos executores. Em alguns há participação de bancos nacionais com notória projeção regional, como é o caso do BNDES. A página eletrônica da IIRSA² oferece informação sobre cada projeto e seus pontos de referência locais. Em todos os casos, os responsáveis pelos projetos são autoridades nacionais.

A IIRSA foi questionada por

falta de transparência na tomada de decisões e sobre a falta de um estudo adequado de impacto, ainda que sejam realizadas periodicamente as Oficinas Nacionais sobre a Visão Estratégica Sul-Americana, que pretende reunir os atores sociais comprometidos ou afetados por cada projeto. Outros questionamentos à iniciativa referem-se à filosofia e às prioridades do projeto. Afirma-se que buscam conectar zonas remotas com as costas para facilitar a extração dos produtos agrícolas ou minerais, favorecendo o atual padrão de especialização do continente.

Alternativa Bolivariana

A Alba é uma iniciativa do governo da Venezuela que surge explicitamente como uma oposição à Alca. No marco da Alba foram assinados os Tratados de Comércio dos Povos (TCP) entre a Venezuela, Cuba e a Bolívia. Os TCPs têm vários artigos de disposições gerais onde são definidas políticas comuns a serem desenvolvidas e logo compromissos bilaterais específicos são estabelecidos.

Nos princípios comuns se destacam a aposta na complementação produtiva, o intercâmbio de tecnologia, a busca pela eliminação do analfabetismo, projetos binacionais de investimentos de empresas estatais ou privadas – em particular de bancos públicos – e o desenvolvimento de planos culturais com ênfase na identidade regional.

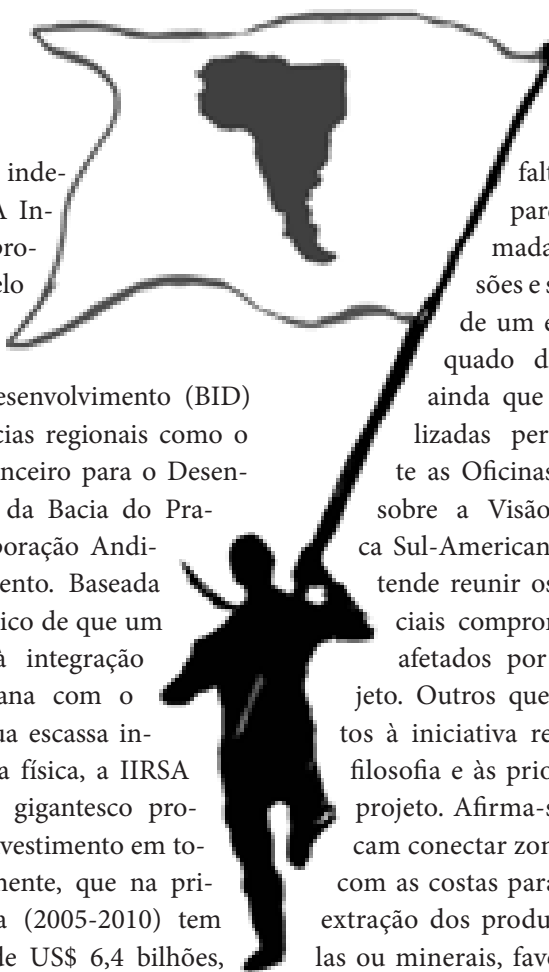
Os compromissos assumidos nos TCPs surgem diretamente da análise das diferenças culturais, técnicas, tecnológicas, de recursos ou de qualquer outro ativo que um pa-

ís possui e que outro necessite. Sua fortaleza (e ao mesmo tempo sua fragilidade, se a conjuntura política muda) está radicada no fato de que se baseiam na vontade expressa dos governantes e não são de tipo “burocrático”. Todos os compromissos contêm implícita uma intervenção muito alta por parte do Estado, nas relações econômicas nacionais. Além de terem compromissos explícitos, têm uma intenção declarativa ou “propagandística” evidente, e não estão expressos em uma linguagem técnica, fazendo-os mais fáceis de difundir e, ao mesmo tempo, mais ambíguos e frágeis.

Cuba se compromete em oferecer atenção oftalmológica gratuita e massiva na Bolívia e na Venezuela, bolsas para formação de médicos, alfabetização em línguas nativas da Bolívia e facilidades para investimento em Cuba. A Venezuela se compromete em oferecer assistência técnica no setor de energia, transporte e telecomunicações e oferece facilidades para investimento. Venezuela e Cuba se comprometem a eliminar todos os obstáculos tarifários e não-tarifários entre eles e a Bolívia, ainda que não estabeleçam um prazo nem metodologia para isso. Em particular com a Bolívia, a Venezuela se compromete a aumentar suas importações deste país, a paliar os efeitos negativos de um TLC da Colômbia com os EUA para a soja boliviana e criar um fundo de até US\$ 100 milhões para financiamento de projetos produtivos ou de infraestrutura. A Bolívia se compromete a facilitar os investimentos e colaborar com o estudo dos povos nativos e com os conhecimentos ancestrais, em particular na área médica.

¹ Economista. Trabaja en el Proyecto de Fortalecimiento Institucional del MERCOSUR y Consolidación del Mercado Regional, financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo.

² www.iirsa.org



Um novo modelo deve priorizar a inovação tecnológica

O PAC lançado pelo Governo Lula como principal bandeira do seu segundo mandato contém aspectos positivos, como a retomada do papel do Estado e de ser um programa voltado para o crescimento e não para a estabilização. Contudo, ele não traz uma concepção própria sobre como deve se dar este crescimento e nem conduz a uma transformação das condições produtivas da economia do país e à equidade social. Esta é uma das tônicas da entrevista com o economista e professor Carlos Eduardo Frickmann Young, do Instituto de Economia da UFRJ. Falando ao *JE*, ele disse que um novo modelo de desenvolvimento do país deve estar centrado na inovação e na absorção de tecnologia e na consideração da questão ambiental não como entrave ao crescimento, mas como melhoria da qualidade de vida.

Jornal dos Economistas – Qual a avaliação que você faz do PAC, sob uma abordagem que tenha por contraponto a questão ambiental?

Carlos Eduardo – O PAC, sob diversos aspectos, é uma novidade no Governo Lula, em particular porque ele assume explicitamente o papel do Estado na condução do desenvolvimento. Isto é o que a gente pode colocar como o elemento mais positivo do PAC: a idéia de que o crescimento não vai surgir sem uma coordenação do Estado. Neste sentido, traz recursos para uma série de áreas muito carentes, como saneamento, infraestrutura e uma série de outras privilegiadas pelo PAC. É muito bom ter um programa que estimule crescimento, ao invés de simplesmente estimular a estabilização, porque este país necessita de atividade econômica. Contudo, o que o PAC não tem de novo e, neste sentido, ele desaponta, é que não traz

uma concepção própria de desenvolvimento. Está ainda atrelado à idéia de que o investimento em si mesmo é suficiente para desencadear o processo de produção. Existe uma crítica mais pelo aspecto macroeconômico, da consistência de um plano de aceleração do crescimento com a manutenção de taxas de juros, mas o que o PAC não tem é uma consistência como um modelo de transformação produtiva do Brasil.

JE – O que seria isto?

Carlos Eduardo – O mesmo PAC que acredita em coisas “modernas”, do tipo transformação do espaço urbano, em qualidade de

vida, é o que aposta em que a vocação exportadora do Brasil é em cima de *commodities* agrícolas. A gente sabe, e isto tem sido fartamente documentado na imprensa, da falácia do crescimento em cima de recurso natural explorado de forma predatória. Não se consegue criar uma base de sustentação econômica porque a de-

teriorização dos termos de troca, velha lei que o Raúl Prebisch nos ensinava, lá nos anos 40, 50: especializar a pauta de exportação em cima de uma matéria-prima com pouco conteúdo tecnológico não leva a lugar nenhum, porque a tendência do preço deste produto é de sofrer uma



depreciação e, conseqüentemente, não ter a capacidade de dinamismo. Por sua vez, qual foi a capacidade de transformação social que a monocultura da cana-de-açúcar, por exemplo, trouxe para o Nordeste brasileiro. Está basicamente fazendo a mesma coisa que fazia quando se trouxe o escravo africano, e com problemas adicionais. Como não se considera a qualidade de vida, não se leva em conta a pré-queimada que se faz no canavial, que é necessária para a entrada do corte manual. O maior produtor de cana, no Brasil, é São Paulo e grande parte desta produção se localiza próximo a centros urbanos.

Para um cortador manual entrar no canavial para fazer o corte, ele tem que fazer uma pré-queimada. Queima a palha da cana para facilitar o acesso e também expulsar animais, cobras. Mas há aí uma geração muito grande de material particulado, que produz um problema sério de contaminação atmosférica em áreas próximas a esses canaviais.

JE – E aí, qual é a solução?

Carlos Eduardo – A solução é fazer a mecanização do corte, o que do ponto de vista estritamente ambiental é uma ótima solução, mas que acaba com o emprego do cortador de cana. Sinceramente, neste caso, o cortador de cana é apenas um emprego. Então, é melhor realmente mecanizar e buscar uma solução social. Outra questão: não há uma dimensão espacial. **O PAC não tem uma preocupação em tentar mostrar como impedir a expansão de atividades predatórias, e que são tão predatórias no sentido ambiental quanto social.** Como, por exemplo, a expansão da lavoura mecanizada no Centro-Oeste à custa da expulsão da pe-

quena produção familiar, em um processo que ocorre de forma violenta ou não. Pode se dar de forma sutil, pela apreciação da terra: sobe o preço da terra e o pequeno proprietário, que ainda tem direito a ela, negocia uma saída, e se muda mais à frente, aonde tem terra ainda não convertida, expandindo a fronteira agrícola mais para cima. Ou, então, ocorre de uma forma violenta. Há um estudo (com André Santana) em que se mostra correlação estatística significativa entre desmatamento e morte em conflitos fundiários: desmatamento e violência no campo são as duas faces de uma mesma moeda. Não há, portanto, nenhuma preocupação em como acomodar estas questões. Simplesmente, se expande, com a meta de vamos produzir mais grãos, ou vamos produzir mais carne, como se o problema da fome fosse falta de produção, falta de oferta agrícola. Uma conta simples mostra que o problema de fome não pode ser derivado da falta de alimentos.

JE – O que falta é renda...

Carlos Eduardo – É. Não é um problema de falta de oferta agrícola, porque a literatura de desenvolvimento tradicional latino-americano dos anos 50, 60, destacava muito isso, de que haveria uma incapacidade estrutural de geração de alimentos. De certo modo, isto está sendo recolocado agora com este debate do etanol, se ele vai ou não gerar fome. O Brasil produz algo em torno de 120 a 130 milhões de toneladas de grãos, a população brasileira está em torno de 180 milhões. Ou seja, se há fome não é porque falte grão; é porque as condições estruturais de desequilíbrio social e econômico fazem com que esta renda esteja, extremamente, concentrada. Um exemplo óbvio é a lavoura mecanizada, em que se tem a renda sendo destinada ao grande proprietário. Existe uma

parcela de assalariados com qualificação, que trabalha com máquinas agrícolas, opera com as colheitadeiras, tratores. O exemplo melhor é o do piloto de avião agrícola. Estes vão ter um rendimento bastante razoável, mas em número bem pequeno. E o que acontece é que se está eliminando um sistema tradicional de agricultura familiar, que ocupa muita gente. Este processo tem implícito um desequilíbrio social muito forte e é destruturante. Não só porque concentra a renda, cria a figura do novo rico no Cerrado, mas principalmente porque elimina a possibilidade deste trabalhador ficar no campo. Os dados do IBGE são chocantes: de 1990 a 2003, o Brasil apresenta um déficit de ocupação na atividade agropecuária superior a 2 milhões de pessoas. **A população cresceu algo em torno de 15% e o número de pessoas ocupadas na agropecuária caiu cerca de 2,2 milhões de pessoas, embora o PIB da agropecuária tenha crescido 53%. Isto é a extensão da mecanização. Para produzir biodiesel, saindo da cana e indo para o grão, a soja que, ao que tudo indica, será o grande fornecedor de biodiesel, com o cultivo mecanizado o que vamos ter? Cada vez mais, grandes propriedades concentradoras, com alta produtividade, utilizando equipamento intensivo em tecnologia, empregando pouca gente e um espaço sendo convertido.**

JE – Há quem afirme que o PAC deve dar em nada, até porque falta capacidade gerencial ao Estado. O que acha?

Carlos Eduardo – O problema não é a extensão do Estado, em si mesma. Uma leitura errada do

PAC pode induzir a achar que ele promove o aumento da presença do Estado na economia, o que não necessariamente significa uma transformação deste Estado. A gente precisa ter um novo debate, um novo corte da questão do desenvolvimento, que tradicionalmente se centrou em dois pólos que viraram extremamente antagônicos, quase que torcidas de futebol. Um, hegemônico, extraordinariamente poderoso, em prol da redução do tamanho do Estado, identificando que o mal do Brasil é o excessivo tamanho do Estado. O problema nunca foi o tamanho, até porque em outras economias o Estado foi maior e teve um desempenho melhor, em



termos de crescimento econômico. Estritamente falando, o período de maior crescimento é o que teve uma presença importante do Estado, mas é também quando houve a maior expansão do setor privado brasileiro. Portanto, o problema não está no tamanho, mas na forma de atuação deste Estado. Um Estado que aumente a sua participação, por exemplo, criando infra-estrutura para a expansão da soja, cortando a Amazônia, via asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém), que é uma das áreas ainda bem preservadas, não vai resolver o problema do

desenvolvimento, nem as questões sociais da região. Muito pelo contrário, vai atrair massa significativa de migrantes, que não vai encontrar ocupação porque a soja mecanizada não é intensiva em mão-de-obra. A outra grande alternativa de uso da terra, a pecuária extensiva, esta muito menos. Se há uma atividade que não gera emprego é a pecuária. Há um Estado que seria “desenvolvimentista” porque estaria atuando naquele clássico tripé, dando as bases para a expansão do setor privado, criando as condições de infra-estrutura. Não é este tipo de participação do Estado que vai gerar transformação produtiva, equidade social.

JE – E quais as conseqüências desse processo?

Carlos Eduardo – Ele, simplesmente, vai intensificar ainda mais este processo de acumulação injusta, na falta de outra palavra, onde se tem um capitalismo que nasce torto, em cima de mão-de-obra barata e, pior ainda, no caso desse tipo de atividade, subsídio natural, garimpagem dos recursos naturais e nem emprego gera. Quando se percebe espacialmente a distribuição dos projetos do PAC em relação à Amazônia, que é 50% do território brasileiro, o que ele faz, basicamente, é criar sistemas de barateamento do custo de transporte das atividades agro-exportadoras, que são, em si mesmas, predadoras, tanto do ponto de vista ambiental quanto social, sem nenhuma perspectiva de ganho de longo prazo. O caso da soja é paradigmático. O IBGE registra, creio que em 2005 (há que checar esta data), uma redução do valor da produção agrícola em termos nominais, apesar de uma expansão da área. 80% desta retração no valor da produção agrícola se deveram à retração no valor da produção da soja, porque despencou o preço.

JE – E qual é a sustentabilidade econômica disso?

Carlos Eduardo – É nenhuma. Temos a pior forma de utilizar o recurso natural. E isto se junta com o problema maior de governança global, porque por trás deste processo de ocupação concentradora do espaço amazônico e do Cerrado há um problema geográfico maior, que é o do aquecimento global, pois se fomenta o desmatamento e a maior fonte de emissão do Brasil de gases de efeito estufa é a queima de floresta. Então, nesse sentido a gente é pior do que os EUA, porque eles são criticados por poluírem tanto a atmosfera, mas poluem para ter, pelo menos, algum usufruto. Eles poluem para consumir riqueza, nós estamos poluindo para destruir riquezas. **O Brasil é o quinto ou sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. As emissões pelo Brasil, em proporção ao mundo, são maiores que o PIB brasileiro em relação ao PIB mundial e maiores que as exportações brasileiras, em relação às exportações mundiais.** Se a gente olhar apenas a matriz energética brasileira, o país possui uma das matrizes mais limpas. Portanto, vivemos o pior dos mundos.

JE – De quem é a responsabilidade por esta situação?

Carlos Eduardo – Não adianta a gente tentar fazer uma leitura simplista do ciclo do desmatamento: a culpa é do madeireiro, é do sojeiro, é do pecuarista. A culpa é dos três. Na verdade, no sistema criado esses três agentes interagem de forma integrada. Como acontece, qual é o ciclo? A floresta amazônica é muito heterogênea, e o número de espécies de valor comercial é muito baixo. Pode se ter em um hectare de floresta cinco ou seis árvores que interessam,

que têm valor comercial suficiente para justificar a extração e o transporte da madeira até o mercado. Como a maior parte das espécies madeireiras da floresta não tem valor comercial que justifique esse processo, o madeireiro recebe o direito de fazer extração, desde que limpe a terra. E aí entra o eufemismo: limpar a terra significa remover a vegetação nativa, normalmente para entrar o pasto e, atrás da pecuária, a soja. Já ouvi declarações, como as do ex-ministro Roberto Rodrigues, de que o sojeiro não tem relação com o desmatamento porque planta em área já desmatada, normalmente em área de pastagem. E o boi, foi parar aonde? Se o rebanho bovino não está diminuindo é porque este rebanho foi para frente. É como imaginar um trem, onde no vagão da frente está o madeireiro, no do meio o pecuarista e no de trás está o sojeiro. Quem é o responsável? É o trem, não é o vagão. É o movimento dos trens. Há uma fronteira social que é empurrada para frente pela fronteira comercial. O que é isto? Na medida em que o produtor comercial, em larga escala, entra em uma determinada região de fronteira o preço da terra sobe. O indivíduo que fez o primeiro desmatamento vende esta terra, se capitaliza, e com isso se move para novas áreas de fronteira e sob o argumento de uma pseudo-reforma agrária, o Estado acaba concedendo um direito de propriedade para este indivíduo, que é na verdade um produtor de direito de propriedade, vamos dizer assim. Nessa corrida de direitos de propriedade é tradicionalmente aceito que o uso produtivo da terra é o desmatamento. Muitas das vezes se tem a pecuária, não porque ela seja rentável, mas para garantir o direito de propriedade, porque ele vai ganhar dinheiro não é com boi, é com a terra. E esse processo é eminente-



temente concentrador da questão fundiária. Se for conversar com as federações dos trabalhadores na agricultura, na Amazônia, elas estão dispostas a fazer um modelo alternativo, porque sabem que o modelo do grão com boi não vai levar a lugar nenhum.

JE – Mas os chamados processos alternativos não têm propiciado soluções duradouras...

Carlos Eduardo – Volto aos ensinamentos fundamentais do desenvolvimento brasileiro, de Prebisch e Celso Furtado. O conceito de industrialização que era pregado por Prebisch, e que foi plenamente compreendido por Furtado, não era que industrialização é entender o tamanho da indústria de transformação, mas desenvolver atividades que fossem capazes de absorver e difundir inovação tecnológica. Porque a única forma pela qual se consegue livrar-se da maldição da deterioração dos termos de troca é criar uma barreira que impeça a competição de outros produtores. Ou seja, é transformar o mercado de concorrência perfeita em algum tipo de mercado de concorrência imperfeita onde você consegue obter uma renda de inovação, uma renda schumpeteriana de inovação. Para isso se precisa de inovação tecnológica. Logo, a primeira resposta para um modelo alternativo de crescimento é que em vez de privilegiar

o crescimento extensivo priorize a absorção de tecnologia. Onde a gente está perdendo? Nas áreas que são intensivas em tecnologia. O modelo alternativo, então, seria em primeiro lugar o que privilegia atividades com capacidade de gerar, absorver e difundir inovação. E isso não depende do setor. **Estou muito mais interessado em saber como é que a gente vai lidar com a nova eletrônica, com a nova biotecnologia, com as novas tecnologias de comunicação, do que, simplesmente, dizer que tenho uma siderurgia.** Não é isto que vai gerar transformação produtiva. É diferente da concepção dos anos 50. Neste novo enfoque não estou tão preocupado em qual o setor que vai puxar.

JE – Mas e no meio rural ou na Amazônia, por exemplo?

Carlos Eduardo – Voltando à questão agrícola, a agricultura orgânica tem um potencial que é muito pouco explorado. Ela se caracteriza por uma diferenciação de produto. Ao produzir soja transgênica vou conseguir um custo de produção mais barato, mas não vou atingir o consumidor que está disposto a pagar um prêmio. A mesma coisa com laticínios, produtos de aves etc. Se consegue um custo mais barato, mas não se diferencia porque qualquer um consegue produzir com soja transgênica. Em compensação, se é uma produção de agricultura orgânica vai conseguir colocar um prêmio. O que é mais intensivo em mão-de-obra, o que é mais intensivo em tecnologia? E aí se começa a pensar em um novo modelo. Não é mais o tradicional conflito, em que industrializar é sair da base de recursos naturais e pura e simplesmente se mover para uma base de indústria de transformação. Mas é essencialmente

incorporar inovação, e principalmente no setor de serviços. Para o Japão, hoje, qual é a relevância de ter siderurgia? Qual é a capacidade inovadora de uma montadora? Isso responde não ao PAC, mas a um PADS, um Programa de Aceleração do Desenvolvimento Sustentável. Seria um plano que teria políticas industriais, tecnológicas e creditícias ativas para o financiamento de atividades que sejam integradoras. E integradoras não apenas do ponto de vista ambiental, mas do ponto de vista social. O grande barato das novas tecnologias é que, principalmente do ponto de vista da geração de tecnologia, se tem uma terceirização importante, um potencial grande para pequenos produtores intensivos em conhecimento. Em relação

à Amazônia, especificamente, não só ela, mas nas áreas de florestas têm que se trabalhar para que os serviços ambientais gerados por essas florestas recebam remuneração devida. **O que a gente chama de serviço ambiental? A todo tipo de benefício que está sendo gerado pela conservação, mas que não é capturado do ponto de vista monetário. Quando se tem uma área como a Floresta da Tijuca, no Rio, se tem uma geração de serviços ambientais considerável naquele espaço geográfico. Ele contribui para a regulação climática.** A história da Floresta, inclusive, está ligada à questão dos recursos hídricos. É um reflorestamento, cujo objetivo principal era regularizar o fluxo hídrico para o Rio de Janeiro, para a contenção das encostas, que é um problema sério em áreas de

declive, e lá dentro (da floresta) é um grande centro de atração e diversão e um aspecto cênico que faz parte da vida do carioca, que não consegue se conceber sem a Floresta da Tijuca...

JE – Mas que agora está acabando com desmatamento e crescimento de favelas...

Carlos Eduardo – Exatamente. Temos três grandes áreas florestais que eram interligadas e cuja conexão está morta por causa da ocupação irregular, que é a Floresta da Tijuca, o Complexo da Pedra Branca e o Mendanha. Eles faziam um grande corredor de biodiversidade, que acabou. O que mostra que não se pode fazer política ambiental sem resolver

a questão social. É impossível pensar uma política ambiental que seja sustentável, sem dar uma solução econômica para as populações envolvidas. Esse papo de que tem que optar entre crescer e preservar é besteira, porque se

não crescer vai ter o pior tipo de degradação, que é a gerada pela pobreza extrema. Mas voltando à questão dos serviços ambientais, eles não são internalizados por quem detém a floresta. Se fizer o cálculo financeiro irá se descobrir que daria muito mais dinheiro transformar a Floresta da Tijuca, por exemplo, em uma enorme área residencial. Mas quando converto socialmente há perda, porque esses benefícios não são contabilizados. Claramente é uma situação de falha de mercado: o ótimo social diferente do ótimo privado, e este é o drama da ocupação florestal. O processo de conversão florestal não é novo, tem 500 anos. O desmatamento no Brasil começa

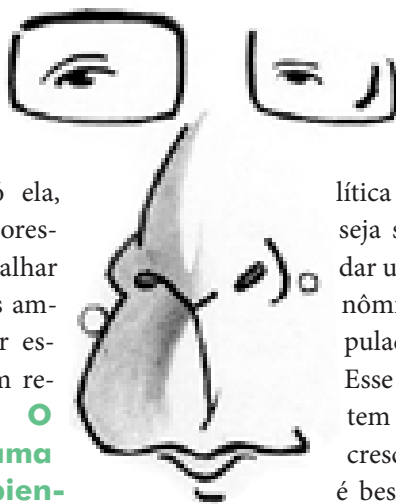
com a chegada da cana. Se fosse só o pau Brasil, ele simplesmente se teria extinguido, mas não a floresta. O pau Brasil era arrancado e alguma coisa nasceria em seu lugar. Mas o problema começa mesmo com a chegada da cana de açúcar e do boi, quando se tem a conversão da floresta em alguma coisa que não é floresta. Privadamente, o proprietário de terra ganha mais com a conversão. Mas socialmente a gente perde muito mais.

JE – Qual solução a dar, então?

Carlos Eduardo – A forma econômica de lidar com esta questão é como penalizar economicamente a atividade predatória, e como beneficiar a atividade sustentável. A gente imagina que a idéia de pagamento dos serviços ambientais seja um sistema através do qual se pague à comunidade ou ao indivíduo. Isto é, quem for o controlador daquilo precisa ter o direito de propriedade definido, que não precisa ser privada, pode ser coletiva, mas que tenha retorno financeiro pela conservação, como pagamento pelos serviços que está gerando e que não são contabilizados, não são internalizados. E como financiar isto? Através de uma cobrança em cima das atividades predatórias. O exemplo máximo em que se pode ver isso é a madeira. Eu sou um dos que mais defendem a política de se criar florestas de manejo sustentável.

JE – Mas muita gente aponta que esta lei privatiza a floresta?

Carlos Eduardo – Muito pelo contrário. Ela impede a privatização da floresta. O processo de ocupação, de produção de direitos de propriedade, junto com a expansão da fronteira agrícola leva que aquela floresta acabe sendo privatizada sob a forma de propriedade agrícola. Isso aconteceu agora, recentemente, em Roraima, que



é uma terra pública, uma área indígena chamada Raposa Serra do Sol, em que se criou a mais estranha aliança: os desenvolvimentistas defendendo a privatização da floresta, entregando para os ar-



rozeiros. Alegam que tem de virar propriedade privada, porque se deixar na mão do índio o Brasil vai perder aquela propriedade. Coisa nenhuma! **Índio não tem propriedade de terra nenhuma no Brasil. A propriedade é da União. O que se quer é privatizar essa terra e se usa o argumento de soberania nacional.** Isto é, na verdade, privatária. A privatária é a expansão da fronteira. O curioso é que eles usam argumento de defesa da soberania nacional, quando o que se está é transformando terra pública em terra privada. E quem me garante que o proprietário não vai vender, depois, seja lá para quem for. Já a terra pública não se pode vender. Então, é uma inversão completa.

JE – No passado houve críticas aos ambientalistas, algumas irônicas, que diziam que política ambiental era abraçar a árvore sem ver a floresta. Hoje parece haver uma abordagem diferente sobre essa questão. Qual a sua opinião?

Carlos Eduardo – A política am-

biental explícita só existe a partir do Estado de Bem Estar. Ela surge como uma consequência quase natural da presença do Estado como provedor de bem estar, a partir da 2ª Guerra Mundial. O Estado começa a ser responsável por educação, saúde, o que é uma novidade. Até a 2ª Guerra não era culpa do Estado se o cara era analfabeto, a culpa era dele. Se o cara era pobre e não tinha como pagar o hospital, ele que procurasse uma Santa Casa de Misericórdia, e não o papel da assistência pública.

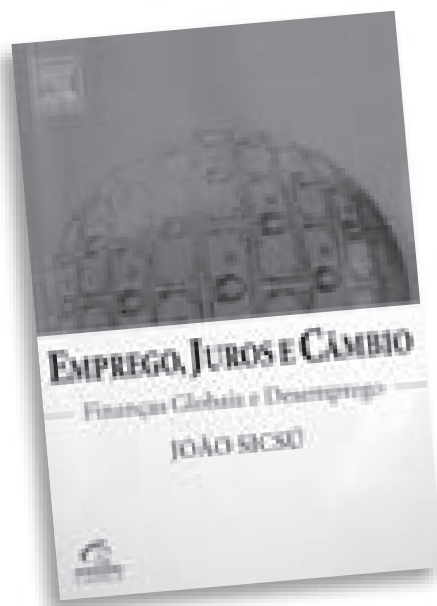
Não havia o conceito de política social. Há um avanço muito grande no conceito de bem estar, a partir da 2ª Guerra, que começa com as questões mais imediatas, de educação e saúde, avança na questão da urbanização, e se chega à conclusão de que não adianta fazer uma política de saúde pública ou de urbanização se não der uma solução para as fontes geradoras das doenças epidêmicas. Não adianta fazer um hospital pra cuidar de enfermidades respiratórias, e permitir uma concentração absurda de poluentes atmosféricos. Não adianta tentar resolver o problema de doença de veiculação hídrica, fazendo hospital, sem resolver o problema do esgoto. O Estado surge como expansão da demanda social pela melhoria do coletivo, partindo da premissa de que o que é ótimo, privadamente, não necessariamente é ótimo socialmente. E aí surge a figura do planejador social, que tem poderes extraordinários de interferência. Imagina os primeiros industriais sendo obrigados, de repente, a substituir seu processo de produção porque chega um indivíduo e diz que não se pode usar este combustível e sim um outro, a fábrica não pode ficar neste ou naquele lugar, tem que dar destino ao esgoto... O problema é que para se impor isso, em um primeiro momento, se preci-

sava de uma ação muito coercitiva do Estado. Então, a política ambiental surge com o que a gente chama de instrumentos de comando e controle, que eram extraordinariamente duros, porque se estava criando coisas absolutamente novas. É o “não pode”. A política ambiental foi vista durante muito tempo como a do “não pode”. Não pode este combustível, não pode fazer barulho após determinada hora, não pode lançar seu efluente, não pode andar com o carro com escapamento aberto, então, como ela tem uma característica de interferência muito forte na vida do indivíduo e ela é percebida como restrição e daí as figuras caricaturais: política ambiental nunca foi abraçar árvore. **Política ambiental é cuidar, impedir que haja contaminação de uma fonte de abastecimento de água, impedir a proliferação de uma doença epidêmica, impedir a perda de qualidade de vida, de forma geral.** Acho que esta é a melhor definição de política ambiental: tentar garantir a melhor qualidade de vida possível em determinado ambiente, seja rural, seja urbano.

JE – E a crítica de que a questão ambiental trava o crescimento?

Carlos Eduardo – Eu discordo totalmente disso. **Não se cria nenhum custo ambiental quando se cria uma política de controle ambiental: se explicita os custos já existentes, simplesmente se faz com que o custo que era socializado passe a ser internalizado. Em outras palavras, se privatiza o custo que era antes socializado.** A idéia é essa: se está sendo gerado um custo, que o agente privado responsável por isso seja penalizado. Esse custo que não era visível se torna evidente.

Por isso, cria uma falsa sensação de que se está aumentando o custo, quando, na verdade, muitas vezes, ele é diminuído, porque se faz com que o responsável pela emissão não gere emissão. O dano que se estaria causando é evitado e ao evitá-lo se evita a perda. Uma fábrica que lance material particulado sobre uma cidade, as pessoas ficam doentes, gastam dinheiro com remédio, internação, deixam de trabalhar. Este aspecto é muito pouco discutido e é fundamental para ver o potencial de demanda efetiva que tem a questão ambiental. A maior parte das atividades que são ambientalmente recomendáveis exige investimento, sendo intensiva em mão-de-obra. Por exemplo: se for fazer um programa de recuperação de áreas degradadas, que é o caso do Rio de Janeiro. Mais de 60% do território são ocupados por atividades de agropecuária, que geram 0,9% do PIB do estado. Quer dizer, é muita terra desperdiçada para pouco benefício. Se tiver uma atividade de recuperação desta terra vai empregar muito mais gente do que esta pecuária vagabunda que se tem nos morros do Vale do Paraíba. E não vai ter nenhum problema com a agricultura da Região da Serra, que abastece o Rio, que seria mantida porque é uma agricultura intensiva. Existe um outro espaço da questão ambiental, então, e ela que é acusada de ser geradora de obstáculo ao crescimento é, em si mesma, fonte de crescimento. O que talvez ela seja é ser concentradora, no sentido de que é mais fácil para uma grande empresa atender a uma norma ambiental do que ao pequeno. Temos a visão um pouco romântica, de que o problema ambiental é causada pelo grande estabelecimento. Na verdade, o problema dele é mais visível, mas a soma dos pequenos gera um efeito pelo menos tão significativo quanto os grandes.



Alternativas ao neoliberalismo

O livro de João Sicsú – “Emprego, juros e câmbio” – se caracteriza por exposição extremamente clara e, portanto, acessível mesmo a leitores não especialistas, o que o torna excelente livro de texto para apoio ao ensino das matérias por ele versadas. Outra característica interessante do trabalho é sua preocupação em, antes de se pronunciar sobre o tema tratado, discutir as diferentes interpretações propostas para ele. O livro apresenta duas vertentes principais: uma predominantemente de políticas econômicas ligadas ao desenvolvimento; outra, de teorias ou paradigmas econômicos.

■ João Paulo de Almeida Magalhães
Economista, presidente do Corecon-RJ.

Em políticas econômicas analisa três aspectos principais: fluxo de capitais estrangeiros e problemas de seu controle, liberalização financeira internacional da economia brasileira e, finalmente, banco central e controle da inflação.

O primeiro aspecto é de extrema importância porque os grandes fluxos de capital, inclusive especulativos, que ingressam recentemente no país, valorizam o real, encorajando importações e desestimulando exportações, em processo que já foi qualificado de “desindustrialização relativa”; elevam o risco de crises cambiais resultantes da súbita saída de fundos de curto prazo, nos obrigando à manutenção de onerosas reservas cambiais, destinadas estas seja a prevenir crises cambiais, seja

a bloquear a valorização da moeda nacional. Após a discussão dos prós e contras do controle das entradas e saídas de capitais mostra que o controle não tem os aspectos negativos alegados.

Dentro dessa linha, o livro oferece interessante análise sobre a experiência da Malásia, durante a crise asiática de 1997. Esse país adotou política econômica (abrangendo até controle de capitais) inteiramente contrária às propostas do FMI, registrando resultados inclusive superiores aos vizinhos que se curvaram aos ditames daquela instituição.

No que se refere à liberalização financeira da economia brasileira, o autor mostra que ela não proporcionou, de forma alguma, os bons resultados anunciados. Estende-se especialmente na análise da Circular nº 5, do Banco Central, que procurava facilitar a circulação para dentro e fora do país de recursos pertencentes a domiciliados

no exterior. Essa facilidade foi desfigurada, tornando completamente livre a remessa para fora do país da poupança nacional.

Com respeito a metas de inflação e independência do BC, após recapitular extensamente o debate teórico sobre o tema, mostra os aspectos negativos das metas inflacionárias como instrumento de contenção de preços e conclui mostrando ser igualmente desaconselhável tanto BC independente como servilmente subordinado ao Ministério da Fazenda.

O aspecto mais importante do livro de Sicsú, todavia, são os cinco primeiros capítulos, de conteúdo essencialmente teórico. Nos capítulos anteriormente referidos o autor sempre se preocupou em examinar a justificação científica proposta pelos defensores das diferentes opções. Na parte inicial do trabalho vai além. Analisa a validade, para países subdesenvolvidos como o Brasil, de paradigmas analíticos importados. Ou, em última análise, põe em dúvida a aplicabilidade nesse caso do modelo neoclássico – neoliberal.

A originalidade de sua análise se acha em parte da contribuição de Keynes e seus seguidores imediatos. Leva em conta o fato de que foi esse autor quem primeiro desafiou a visão clássica do perfeito funcionamento dos mecanismos de mercado, nos quais qualquer interferência seria, portanto, desaconselhável. Desafio que, conforme mostra João Sicsú, foi posteriormente desvalorizado por alguns dos seus pseudo continuadores, como os chamados novos keynesianos.

Para os países subdesenvolvidos a visão keynesiana continua importante, por ter como ponto central o reconhecimento da incapacidade do mercado, deixado ao seu livre funcionamento, de proporcionar os melhores resultados econômicos. O não reconhecimento desse fato básico constitui, possivelmente, a principal explicação para semi-estagnação da economia brasileira nos últimos 25 anos.

Valorizando o aspecto teórico, Sicsú vai retomar o grande debate que colocou, no passado, keynesianos contra ortodoxos, no que concerne à eficácia de políticas econômicas de caráter monetário. Em termos de resultados concretos, a extensa análise do autor sobre causas e modalidades de inflação e sobre as políticas de controle indicadas vai mostrar o erro de, no caso brasileiro, se centrar a política de estabilidade monetária na manipulação da taxa de juros.

Em termos mais gerais, diríamos que o trabalho de Sicsú tem especial importância do ponto de vista metodológico. No Brasil, como nos países subdesenvolvidos em geral, os economistas tendem a se comportar como aplicadores e não criadores de ciência, no sentido de aceitarem, acriticamente, teoria e paradigmas gerados no Primeiro Mundo. Teorias e paradigmas não só freqüentemente desajustados de nossa realidade, como, muitas vezes, embutindo a defesa de interesses dos países dos autores. No seu livro, Sicsú discute esses paradigmas e propõe visões alternativas. Ou seja, está procurando fazer ciência. Resta esperar que seu exemplo seja imitado.

Sonho
realizado em
1 minuto?

Crédito **minuto**

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

“... há necessidade de reconhecer que o Estado sempre influi nas formas como se desenvolvem as relações entre homens e mulheres. Não existe Estado neutro do ponto de vista de classe, gênero, raça ou etnia”.

(Soares, 2003)*

Mulheres fora da agenda

Na página do mês de março abordamos as metas da Agenda Social do Pan. Dando continuidade, aprofundamos o estudo na perspectiva das mulheres e de gênero, responsáveis por quatro metas na Agenda. Entretanto, ampliando o foco, analisaremos também outras ações incluídas no orçamento municipal destinadas às mulheres, em especial o programa “Rio Mulher”.

Inicialmente, vale registrar que 18% do primeiro escallão da prefeitura carioca são constituídos por mulheres e que ela possui um programa específico diretamente relacionado à mulher, denominado Rio Mulher. Tal programa é vinculado ao Gabinete do Prefeito e teria como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população feminina, pretendendo incorporar de maneira transversal a perspectiva de gênero nos diversos órgãos municipais.

Acreditamos que sua existência, mesmo que sendo só um programa governamental e não uma secretaria específica de políticas para as mulheres, seja fruto da luta dos movimentos de mulheres pela igualdade de direitos, melhores condições de vida e de trabalho da população brasileira e pela eliminação da discriminação e da violência contra a mulher.

Entretanto, a recente recusa do prefeito César Maia em convocar a Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, alegando o uso dos recursos disponíveis para os Jogos do Pan, associada à baixa execução orçamentária das ações previstas para o Rio Mulher e também daquelas incluídas na Agenda Social do Pan coloca em xeque a prioridade das políticas voltadas para as mulheres em nossa cidade.

Em relação às 43 metas previstas na Agenda Social do Pan (De-

creto n. 24.227/2004), quatro são ações que se relacionam com as mulheres. Infelizmente, estas também integram a listagem das “esquecidas” pelo poder público municipal (ver *JE* de março).

Recursos minguantes

Agora vamos aos dados da execução orçamentária do Programa “Rio Mulher”, criado em 2001 e inserido na Lei Orçamentária apenas em 2002. Neste exercício houve um dispêndio de R\$ 988.259,59, correspondendo aproximadamente a 58% do valor inicialmente proposto pelo Executivo e aprovado pela Câmara, que era de R\$ 1.693.962,00.

No ano seguinte, 2003, houve uma significativa redução do valor previsto, de 84%. Projetou-se

uma despesa de R\$ 265.976,00, sendo realizado apenas um gasto de R\$ 135.614,47. Estava prevista na LDO a implantação do Conselho Municipal de Direitos da Mulher, que teria como finalidade auxiliar o Poder Executivo na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas, programas e projetos da administração municipal, na questão de gênero, objetivando a plena igualdade política, econômica, social, cultural e jurídica.

No ano de 2004, esse programa apresentou uma execução irrisória comparada à dotação inicial, correspondendo a 29%. Entretanto, comparada ao ano anterior houve um aumento de 232% do valor previsto. Este programa objetivava atender 195 pessoas em casas de abrigo, nos anos de 2004 e 2005.

Em 2005 foi previsto para esse programa um valor aproximado de R\$ 513 mil, inferior em quase 42% ao previsto em 2004. A sua execução alcançou 54% do total autorizado. No ano de 2006, a previsão orçamentária com o programa cresceu 63%, mas os gastos efetivos foram de apenas 17%, a despeito do mesmo ter por objetivo atender 2.500 mulheres. Registramos que, nesse exercício, havia um montante de R\$ 270 mil em ações para as mulheres, oriundo de emendas parlamentares. Estas ações incluíam importantes medidas, como a implantação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Infelizmente, todas as emendas foram negligenciadas e nenhuma dessas ações foi executada, mostrando mais uma vez o desleixo com que o orçamento público é tratado pela prefeitura do Rio de Janeiro, ao invés de ser um efetivo documento de planejamento, controle e transparência do poder público.

Para 2007 estima-se um gasto ainda inferior ao previsto no último ano, de R\$ 760.075,00, sendo executado até o mês de março apenas 6% deste total.

O que diz a Agenda Social do Pan

Eis a Agenda Social do PAN destinada às mulheres: 1. Ampliar o programa de educação de mães, de forma a atender a 40.000 mulheres até 2007; 2. Expandir o Sistema de Cozinhas Comunitárias de forma a alcançar 50% das comunidades com IDH abaixo de 0,80, em 2007; 3. Garantir atendimento no componente trabalho e renda das mulheres em situação de pobreza, com idade superior a 40 anos e que sejam mães e avós de alunos da rede municipal de ensino. Tais componentes deverão ser desenvolvidos em, pelo menos, 50% das escolas da rede municipal de ensino até 2007 (“Com Licença Eu Vou à Luta”); 4. Garantir a identificação e atendimento a 100% das gestantes nas áreas priorizadas pela Agenda Social, assim como acesso a exames pré-natais e atendimento ao parto.

*Soares, Vera. Relatório síntese da equipe de transição; área: políticas públicas para as mulheres; secretaria de estado/especial de políticas para as mulheres. Mensagem recebida de agende@agende.org.br em 31 de janeiro de 2003.

Prazo de inscrição vai até 31 de maio

Vai até o próximo dia 31 de maio o prazo para as inscrições no Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, edição 2007, promovido pelo Corecon-RJ, cujo objetivo é incentivar os alunos de economia em fase final do curso de graduação na pesquisa e no estudo de questões relevantes da profissão que passarão a exercer. O regulamento da premiação estipula que só poderão concorrer trabalhos de conclusão e/ou diplomação de cursos de economia de instituições de ensino localizadas no estado do Rio de Janeiro.

Cada instituição de ensino pode inscrever até quatro trabalhos, concluídos no primeiro ou segundo semestre de 2006, entregues em cinco vias de meio impresso em papel e digital (CD ou disquete), encadernados e na capa constando apenas o título da monografia e o pseudônimo do autor. As inscrições devem ser feitas pela chefia de departamento da Economia da universidade ou cargo de direção equivalente em faculdades isoladas.

A primeira colocação no Prêmio de Monografia Celso Furtado receberá R\$ 2,5mil, cabendo ao segundo lugar R\$ 1,5 mil e, ao terceiro, R\$ 1 mil. Os resumos elabora-



dos pelos próprios autores dos três primeiros classificados também serão publicados no *JE*. A divulgação do resultado será feita em agosto e a entrega da premiação no Dia do Economista, que, neste ano, será celebrado em 15 de agosto.

As informações completas, com a íntegra do regulamento, estão acessíveis em www.economistas.org.br.

Economize tempo. Visite e consulte o Conselho. www.economistas.org.br

Agenda de cursos

- Matemática aplicada à teoria econômica** - 16 de abril a 18 de junho
- Análise Macroeconômica** - de 3 de maio a 19 de julho
- Microeconomia** - de 8 de maio a 10 de julho
- Matemática Financeira** - 28 de maio a 29 de junho
- Estatística** - TURMA 1 - 2 de julho a 3 de agosto; TURMA 2 - de 4 de julho a 3 de agosto
- Economia e Meio Ambiente: uma introdução ao tema e apresentação do mercado de trabalho** - 24 de julho a 4 de agosto
- Curso de Introdução à Economia Política: o pensamento de Karl Marx** - 6 de agosto a 8 de outubro

Maiores informações sobre horários, preços, descontos, formas de pagamento e inscrições podem ser obtidas no Portal dos Economistas.

www.economistas.org.br - Telefones: (21)2103-0118 e 2103-0119

Lançado curso sobre Estudos Marxistas

Teve início em abril e prossegue, em maio, o Curso Aberto Clássicos do Pensamento Social Brasileiro, realizado pelo Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema/JRT) e o Instituto de Economia da UFRJ. O primeiro bloco estuda as raízes marxistas do debate desenvolvimentista e, em 15 de maio, abordará o tema "Nelson Werneck Sodré e a formação do capitalismo no Brasil", com o professor José Paulo Neto, da Escola de Serviço Social da UFRJ.

A primeira aula abordou a temática "Pensamento político Progressista Brasileiro", da professora Maria Lucia Werneck Vianna do IE/UFRJ. As aulas são mensais, no auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, no Campus da Praia Vermelha da UFRJ, e a duração prevista para o curso é de dois anos (2007/2008). As inscrições são gratuitas, já que o curso estrutura-se sobre o ideal de democratizar e ampliar o acesso às universidades públicas brasileiras, especialmente aos setores organizados da sociedade, interessados em conhecer, discutir e transformar a realidade.

Daí o seu público-alvo ser de discentes e docentes de universidades e centros de pesquisa e a militância dos movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos etc. São oferecidas 80 vagas e as inscrições devem ser feitas pela internet, no portal do Lema - www.marxismo.com.br, clicando-se no ícone "contato", no canto superior direito.

O segundo bloco de estudos tratará do pensamento de "Ignácio Rangel" e as aulas serão nos dias 12 de junho e 10 de julho. A primeira abordará o tema "A dualidade estrutural e o processo de desenvolvimento brasileiro" e a segunda os "Ciclos econômicos, tecnologia e inflação", com o economista Marcio Henrique Monteiro de Castro, do BNDES. Mais dois blocos serão realizados ainda neste ano e estudarão os pensamentos e as contribuições de Celso Furtado e Chico de Oliveira. Para o ano que vem, a pauta dos cursos prevê a discussão das obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Ruy Mauro Marini.

MBA

Sua oportunidade de cursar seu MBA. Chegou !

MBA em Economia Empresarial da Universidade Federal Fluminense

Um curso ministrado em Universidade Federal, com excelente avaliação da CAPES, e com corpo docente composto por mestres e doutores.

Não perca a oportunidade, pois temos:

- A melhor relação Custo - Benefício de mercado
- Biblioteca
- Docentes Mestres e Doutores
- Ótimas Instalações
- Horário aos Sábados
- As melhores práticas de ensino em sala de aula
- Conteúdo atualizado

Carga horária total : 296 horas

Sábados de 9:00h às 18:00 h.

Início : Março / 2007

Preço : R\$ 7.200,00 em 18 parcelas

Preços Especiais Associados : Consulte-nos

Maires informações : www.ufrj.br/oeconomia

-> A Pós Graduação -> MBA



Disciplinas

Contabilidade Gerencial
Matemática Financeira
Marketing e Planejamento Estratégico
Métodos Estatísticos Aplicados à Finanças
Finanças Corporativas
Finanças de Mercado
Gerenciamento de Risco
Fundamentos de Microeconomia Empresarial

Estruturas de Mercado e Concorrência
Estratégias Empresariais
Fundamentos de Macroeconomia
Políticas Macroeconômicas
Ambiente Macroeconômico
Finanças Internacionais
Economia Internacional
TCC Trabalho de Conclusão de Curso